



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

Ata 1

Julgamento de Impugnação

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um às 15hrs 45min, reuniram-se Pregoeira e Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº4303/2021, para os procedimentos inerentes a licitação em epígrafe, cujo objeto é a Seleção e Contratação de Leiloeiro Público oficial para a realização, incluindo a preparação, organização e condução, de leilões públicos de veículos e bens inservíveis, pertencentes ao patrimônio da Administração Pública Municipal, considerados ociosos, antieconômicos, irre recuperáveis. Recebido instrumento de Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 3/2021, Daniel Elias Garcia, brasileiro, leiloeiro, que passamos a detalhar: “Inicialmente, registra-se que a atividade de leiloaria tem natureza econômica cuja remuneração é disciplinada pelo artigo 24, § único do Decreto Federal 21.981/32, que tem por finalidade a coroação de um trabalho bem-sucedido, não podendo ser objeto de critério pela administração pública, para contratação de licitante. Lembramos que a SUPRAMENCIONADA legislação estabelece duas comissões para o leiloeiro: a) uma a ser paga pelo comitente, e b) a comissão fixa a ser paga pelo arrematante, de 5%. A primeira comissão, pelo comitente), pode ser negociada e, na falta de negociação, o dispositivo legal fixa em 3% para imóveis e 5% para móveis. O Edital foi lançado, e dispôs que para o julgamento da melhor proposta, como dito, seria adotado o critério do menor percentual percebido pelo leiloeiro público oficial, sobre o valor do item arrematado, admitindo-se, exemplificando, OS VALORES DE 4,99%, 4,98% e 4,97% A SER PAGA PELO ARREMATENTE COMPRADOR. Essa situação desqualifica o trabalho do leiloeiro, ao impor uma redução na sua remuneração mínima ao que segue tabelado por lei. Outrossim, é válido lembrar que a administração pública, embora não tenha competência para redigir cláusula que verse sobre a destinação da remuneração do leiloeiro, redigiu edital que permite remunerar o licitante em valor abaixo do percentual mínimo estipulado pela lei, isto porque se o valor máximo admitido para prestação de serviço é 5% (cinco por cento) e a proposta vencedora será aquela que obter o menor preço, cristalino que o edital em comento permite redução da percentagem a ser auferido pelo Leiloeiro.

Não por acaso, o Decreto Federal nº 21.981/32, art. 24 § único, estabelece OBRIGATORIAMENTE o PERCENTUAL MÍNIMO de 5% (cinco por cento) a ser pago ao leiloeiro. Vejamos: Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que estabelecerem com os comitentes, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender. Não havendo estipulação prévia, regulará a taxa de cinco por cento sobre moveis, semoventes, mercadorias, jóias e outros efeitos e a de três por cento sobre bens imóveis de



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

qualquer natureza. Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados. (grifou-se).

A comissão paga pelo arrematante ao leiloeiro, se justifica pelo trabalho, com maestria, por este último desenvolvido e, com base no até aqui explanado, legalmente assegurado que quando da atuação de tal profissional, seja OBRIGATORIAMENTE respeitado, pelo menos 5% (cinco) por cento do bem arrematado e, havendo empate nas propostas, que seja adotado o critério de sorteio.” 2) **Requerido:** Que seja recebida a presente impugnação, julgando a procedente e alterando as previsões do edital, primando pela correta aplicação da lei, deve ser respeitada forçosamente o percentual de 5% (cinco por cento) assegurado ao Leiloeiro, vendando qualquer repasse à Administração Pública. 3) **Decidido Julgado:** Insta salientar que o Termo de Referência, Anexo I e o edital, foram elaborados com base no Parecer Jurídico nº 009/2020, que trata da legalidade do procedimento de contratação de Leiloeiro e da modalidade adequada, conforme transcrito a seguir:

...Inicialmente, cumpre tecer algumas considerações acerca do diploma legal aplicável à contratação desses profissionais, tendo em vista que o percentual de comissão referido nos orçamentos apresentados se baseia no Decreto nº. 21.981/1932, que regula a profissão de leiloeiro no território nacional. Conforme prevê o art. 42 do referido decreto, a Administração Pública, quando pretender contratar leiloeiro oficial, deverá observar uma escala de antiguidade, a começar pelo profissional mais antigo.

Entretanto, a Consultoria Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, firmou entendimento, no Parecer nº 048/2012/DECOR/CGU/AGU, no sentido de que, considerando o contexto histórico em que editado o Decreto nº. 21.981/1932, conclui-se não ter sido o art. 42 recepcionado pela nova ordem constitucional, vigente a partir de 1988, que privilegia os princípios isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência nas contratações públicas. Não se pode olvidar, assim, que a Constituição Federal instituiu como regra a realização de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública, conforme estabelece o art. 37, XXI.

Tendo em vista que o critério de antiguidade não se coaduna com o atual regramento constitucional, que privilegia a competição, afasta-se a aplicação do Decreto nº. 21.981/1932. A contratação pretendida, assim, deve ser orientada pelos ditames da Lei nº. 8.666/93, que rege todas as contratações no âmbito público, não configurando a hipótese dos autos exceção à regra.

Imperioso reconhecer, assim, que da inaplicabilidade do referido decreto à contratação dos leiloeiros resulta a não obrigatoriedade de vinculação aos valores de comissão previstos no art. 24 do diploma não recepcionado, in verbis:

Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que estabelecerem com os comitentes, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender. Não havendo estipulação prévia, regulará a taxa de cinco por cento sobre móveis, semoventes,



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

mercadorias, joias e outros efeitos e a de três por cento sobre bens imóveis de qualquer natureza.

Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.

A CGU reconhece, assim, que os valores a serem pagos pelos serviços a serem prestados à Administração Pública são regulados, de forma geral, pela Lei nº. 8.666/93. Da mesma forma, os critérios para o julgamento das propostas devem ser aqueles estipulados pelo art. 45, § 1º do referido diploma legal, conforme se verifica a seguir:

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

Nesse sentido, destaca-se trecho do parecer da CGU a respeito do percentual cobrado pelos profissionais em comento:

[...] em um regime em que se prestigia a disputa entre os concorrentes, não há que se determinar, de forma genérica, um percentual preestabelecido de venda como preço mínimo a ser pago ao leiloeiro. A Lei Geral de Licitações estabelece apenas a desclassificação das propostas que superem ao limite estabelecido pelo administrador ou com preços manifestamente inexecutáveis.

Portanto, **não havendo obrigatoriedade de vinculação ao percentual estabelecido no Decreto nº. 21.981/1932 a título de comissão**, vislumbrando-se, assim, possibilidade de competição, entende-se que deve ser realizada licitação para a contratação de leiloeiro para a realização de leilão dos bens arrolados pela Secretaria de Obras

A Administração Municipal ao elaborar o Termo de Referência, visou proporcionar a ampla concorrência para que o maior número de concorrentes pudessem participar do certame, tendo em vista que não existe o tipo de licitação “desempate ou sorteio”, então foi fixado o percentual máximo de 5% para comissão do leiloeiro. Não obstante, em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por desempate através de sorteio, nos termos do art. 45, § 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;” 5. Cito o § 2º do Art. da Lei 8.666/93; “§ 2º No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por SORTEIO,



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Estado do Rio Grande do Sul

conforme dispõe o item 9.2 do instrumento convocatório “**9.2.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo **sistema eletrônico** dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.” Do exposto, com base na matéria apresentada à apreciação da administração, com base nos argumentos acima, decide a Pregoeira e Equipe de Apoio, em INDEFERIR a impugnação apresentada por Daniel Elias Garcia, Leiloeiro Público Oficial, mantendo inalteradas as disposições do edital.

Pregoeira e Equipe de Apoio

Paloma Menegás Martini

Géssica dos Santos Fagundes

Jiane Lauxen